

Que Quererá, Então?

Raul PILLA

28.6.345 (Copyright dos "Diários Associados")

Atravessou o País os anos da guerra, os seis longos anos da guerra, sem que nunca a Ditadura, onipotente e onisciente, tivesse sentido a necessidade de combater os "trusts" e monopólios. Os preços dos artigos essenciais à população subiam vertiginosamente, o lucro confessado de certos industriais ascendia a proporções inconcebíveis, o mercado negro tornou-se quase uma instituição oficial, mas a Ditadura continuava muito em paz com a sua consciência. A única coisa que fez foi associar-se aos lucros extraordinários. Se o dinheiro era mal havido, se fôra conseguido à custa das privações do povo, uma pequena parte dele, ao menos, reverteria em benefício do governo, que precisava de muito e muito dinheiro, cada vez mais dinheiro.

Assim, se neste País houve "trusts" e monopólios, nada fez o sr. Getúlio Vargas contra eles, neste "curto", é verdade, mas suficiente "prazo de quinze anos". Muito pelo contrário, ao seu governo de plenos poderes se deve principalmente a generalização dos institutos, cujo fim confessado é valorizar a produção à custa do consumidor, restringindo-a ou destruindo-a. Nestes anos de privações de toda ordem, a única política que soube fazer a Ditadura foi a desastrosa política dos monopólios semi-oficiais, desenvolvida não em favor do pequeno produtor, mas dos grandes exploradores da economia nacional.

Como se explica, pois, que, tendo vivido sempre de boa avença com os monopolistas, tendo-os até agora fartamente cevado, se tome agora o Ditador de tamanho zêlo contra eles?

Clara é a explicação para quem tenha olhos de ver. Temos, em primeiro lugar, o interesse demagógico: aleutar a campanha do "Queremos Getúlio" com mais esta falsa demonstração de interesse pelas classes populares e expor à luz desfavorável todos quantos, levados pelos imperativos da consciência, se vissem obriga-

dos a verberar o seu monstruoso decreto-lei. Democrata nunca foi o sr. Getúlio Vargas e desconhecê-lo foi o erro capital de quantos o levantaram por lábaro da campanha liberal em 1929; mas demagogo, mestre de demagogia, isto, sim, ninguém pode recusar que o seja.

Maior, porém, que o interesse genericamente demagógico, é a finalidade estritamente eleitoral do referido decreto. Não se trata de um ato de caráter econômico, senão puramente político. Tal a confissão que o réu deixou inadvertidamente escapar, o decreto traz a marca da sua verdadeira inspiração, ao ficar afeta a sua execução ao ministro da pasta política, em vez de correr pelos das pastas relacionadas com a economia.

E', pois, uma arma política, que será manejada com intúitos políticos, ainda quando, para isto, se torne necessário lançar a desordem em toda a nossa debilitada economia.

Efetivamente, diante de tal decreto, nenhuma grande empresa haverá que se possa julgar a salvo dos botes do governo. Aquele documento traduz o absolutismo na sua mais completa expressão. E' o arbítrio de um homem elevado à categoria de lei suprema e irrecorrível. Desaparece inteiramente o Poder Judiciário diante desta atroz caricatura do Direito Divino, por lhe ser vedado intervir na aplicação da lei.

Assim sendo, qual a grande empresa que se não transformará num dócil instrumento dos interesses eleitorais da Ditadura, para não ser assaltada, ou, quando menos, arruinada pela intervenção do governo?

Mas, se o inominável decreto apanha todas as grandes empresas, qualquer que seja o seu objeto particular, subjugando-as inteiramente à Ditadura, o que ele visa, sobretudo, é a publicidade, a imprensa. Jornais isolados que combatam o despotismo e pugnem pela libertação do povo, ainda se podem tolerar até segunda ordem, para manter o cenário da democracia; mas jornais associados, reunidos numa cadeia, com cujos elos abraçam e unificam o País, é coisa inadmissível, é "trust", é monopólio e constitui crime contra a economia popular!

Aí tem a Nação: não bastando a lei eleitoral, com todas as ensanhas que abre à fraude, para assegurar a vitória do despotismo contra a consciência popular, completou-a a Ditadura com o decreto eufemisticamente chamado contra os "trusts" e os monopólios.

O sr. Getúlio Vargas não quer eleições, pelo menos eleições dignas deste nome: está dito, está visto, está comprovado. Que quererá ele, então?